



Nem as margens ouviram. O Grito do Ipiranga não teve qualquer repercussão na época

“Independência ou Morte!” Consagrado pela História, o Grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, quase não causou repercussão entre seus contemporâneos. Na imprensa do Rio de Janeiro, somente o número de 20 de setembro do jornal *O Espelho* exaltou “o grito acorde de todos os brasileiros”. Na prática, a Independência estava longe de chegar.

Três séculos depois do descobrimento, o Brasil não passava de cinco regiões distintas, que compartilhavam a mesma língua, a mesma religião e, sobretudo, a aversão ou o desprezo pelos naturais do reino, como definiu o historiador Capistrano de Abreu. Em 1808, os ventos começaram a mudar. A vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram novas esperanças entre a elite intelectual luso-brasileira. Àquela altura, ninguém vislumbrava a ideia de uma separação, mas esperava-se ao menos que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas. Vã ilusão: o império instalado no Rio de Janeiro simplesmente copiou as principais estruturas administrativas de Portugal, o que contribuiu para reforçar o lugar central da metrópole, agora na América, não só em relação às demais capitanias do Brasil, mas até ao próprio território europeu.

O auge do questionamento das práticas do Antigo Regime aconteceu em 24 de agosto de 1820, quando estourou a Revolução Liberal do Porto. Clamava-se por uma Constituição baseada nas liberdades e direitos do liberalismo nascente. A revolução teve importante eco no Brasil, por meio de uma espantosa quantidade de jornais e folhetos políticos. Durante todo o ano de 1821, porém, não surgiu nesses impressos qualquer proposta favorável à emancipação.

Até o início de 1822, ninguém falava de Brasil. Ao partir para as Cortes de Lisboa, para a discussão da Constituição do Reino, os deputados americanos pensavam apenas em suas “pátrias locais”, ou seja, em suas províncias. Só os paulistas demonstraram alguma preocupação em construir uma proposta para o conjunto da América portuguesa. Nem por isso abriam mão da integridade do Reino Unido: sugeriam o Brasil como sede da monarquia, ou então a alternância da residência do rei entre um lado e outro do Atlântico. “Independência” significava, antes de mais nada, autonomia.

Ao longo daquele ano, porém, o discurso se radicalizou. A insatisfação com a metrópole crescia, pois das Cortes vinham propostas para retomar algumas das antigas restrições políticas e econômicas que tinham limitado a autonomia do Brasil no passado. Junto com o projeto constitucionalista surgia a ideia separatista, embora ainda não direcionada a toda a América portuguesa.

Considerada na época como a data que oficializou a separação do Brasil de sua antiga metrópole, a aclamação de Pedro I como imperador, em 12 de outubro de 1822, não significou a unidade política do novo Império. A proposta foi aceita pelas Câmaras Municipais de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pernambuco titubeou durante algum tempo. Por causa das dificuldades de comunicação, Goiás e Mato Grosso só prestaram juramento de fidelidade ao Império em janeiro de 1823. Enquanto isso, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de parte da Bahia e da província Cisplatina, permaneceram leais a Portugal, refratárias ao governo do Rio de Janeiro. Foram tempos de guerra. No início de 1823, enquanto várias províncias já escolhiam seus deputados para a Assembleia Legislativa e Constituinte do Rio de Janeiro, o Maranhão elegia deputados para as Cortes ordinárias de Portugal.

Enfim, apesar dos horrores da guerra e das tensões que não desapareceram, esboçou-se pela força a unidade territorial do Brasil. Mas o rompimento total e definitivo mantinha-se *sub judice*. Afinal, o imperador era português e sucessor do trono dos Bragança. Capaz, portanto, de reunir novamente, após a morte do pai, os dois territórios que o Atlântico separava.

Somente em 1825, depois de demoradas negociações, D. João VI reconheceu a Independência, em troca de indenizações. Mesmo assim, o gesto veio sob a forma de concessão, transferindo a soberania do reino português, que ele detinha, para o reino do Brasil, sob a autoridade de seu filho. E D. João foi além: reservou para si o título de imperador do novo país, registrado nos documentos que assinou até sua morte, em 1826. [...]

NEVES, Lucia Bastos Pereira das. Nem as margens ouviram. O Grito do Ipiranga não teve qualquer repercussão na época. *Revista de História*. set. 2009.

A transmigração da corte portuguesa para o Brasil

Concebida, desde o século XVII, como solução de emergência em situações de crise, a mudança da corte para a América [...] entrou na pauta governamental do dia quando sucessivas ameaças da França evidenciaram, a partir de julho de 1807, a iminência da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas.

Convencido de que a integridade da monarquia somente estaria assegurada por meio da preservação dos domínios americanos, cujos recursos naturais e humanos superavam os do reino, D. João e a corte partiram de Lisboa em 29 de novembro de 1807, compondo uma comitiva de cerca de 15 mil pessoas. [...] A decisão atendia aos interesses do aliado inglês, encurralado pelo bloqueio marítimo que a França lhe impusera em relação aos mercados europeus, mas articulava-se também com [o] projeto de um império luso-brasileiro [...].

Estando o reino ocupado pelos franceses, era inevitável, de um lado, a extinção do chamado exclusivo comercial, com a “abertura dos portos às nações amigas” decretada em 28 de janeiro, o que tornava disponíveis para a Inglaterra as mercadorias do Brasil e o pouco significativo mercado consumidor brasileiro. De outro, cabia fundar um novo império na América.

Após alcançar o Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808, o regente buscou, com diversas medidas, transformar a cidade para adequá-la à condição de sede da monarquia. Assim, foram então recriadas as principais instituições régias, como as Mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Casa da Suplicação e a Intendência Geral da Polícia. [...] A constituição dos pilares institucionais do governo foi acompanhada de atos que procuravam fomentar a indústria e a circulação de ideias, como a revogação da proibição de manufaturas no Brasil, a criação da Impressão Régia e a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro periódico a circular na América portuguesa. [...]

O Rio de Janeiro converteu-se em palco de um processo civilizatório [...]. Além de a cidade se constituir no centro de difusão para todo o território da ex-colônia dos modos civilizados da Europa ilustrada, nela forjou-se [...] um poderoso grupo de comerciantes, imigrados de Portugal.

O Rio de Janeiro se transformou em uma nova metrópole em relação às demais províncias da América que, após a euforia inicial, ressentiram-se crescentemente de somente serem lembradas por ocasião do lançamento de novos impostos.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 557-558.